



SEÇÃO: ARTIGOS

Panorama do Segundo Império, “Laivos Reacionários” e projeto moderno de história

Panorama do Segundo Império, “Reactionary Trends” and modern project of history

Tiago Conte¹

orcid.org/0000-0003-0363-1441
tconteste@gmail.com

Recebido em: 17 jul. 2021.

Aprovado em: 2 mar. 2022.

Publicado em: 11 jul. 2022.

Resumo: O objetivo deste artigo é avaliar as estratégias utilizadas por Nelson Werneck Sodré na elaboração de *Panorama do Segundo Império*, publicado originalmente em 1939. Como primeiro trabalho de Sodré dedicado aos estudos históricos do Brasil, esse livro é anterior a seu alinhamento com os marcos teóricos do marxismo, quando o autor publicou suas obras mais conhecidas. Por esse motivo, Sodré não reeditou aquele trabalho nas décadas seguintes, assim como aposentou grande parte de sua bibliografia lançada até a década de 1940. No caso de *Panorama do Segundo Império*, as principais referências utilizadas por Sodré são intelectuais que pertencem ao campo autoritário do pensamento político e social brasileiro, como Azevedo Amaral e Oliveira Viana. Ao mesmo tempo, percebe-se que os conceitos apreendidos naqueles autores são empregados para analisar o período sem se limitar às cronologias lineares e ações dos personagens políticos da época, aspecto em que as reflexões de Reinhart Koselleck nos auxiliam a compreender os procedimentos historiográficos de Sodré.

Palavras-chave: Nelson Werneck Sodré. Autoritarismo. Segundo Império.

Abstract: The purpose of this article is to evaluate the strategies used by Nelson Werneck Sodré in the elaboration of *Panorama do Segundo Império*, originally published in 1939. As Sodré's first work dedicated to historical studies of Brazil, this book predates his alignment with the theoretical frameworks of Marxism, when the author published his best known works. For this reason, Sodré did not re-edit that work in the following decades, just as he retired a large part of his bibliography released until the 1940s. In the case of *Panorama do Segundo Império*, the main references used by Sodré are intellectuals belonging to the authoritarian field of Brazilian political and social thought, such as Azevedo Amaral and Oliveira Viana. At the same time, it can be seen that the concepts learned from those authors are used to analyze the period without being limited to linear chronologies and actions of the political figures of the time, an aspect in which Reinhart Koselleck's reflections help us understand Sodré's historiographical procedures.

Keywords: Nelson Werneck Sodré. Authoritarianism. Second Empire.

Introdução

Entre os diversos intelectuais dedicados a estudar o Brasil, a trajetória de Nelson Werneck Sodré (1911-1999) talvez seja das mais singulares. Militar por formação profissional, Sodré chegou ao generalato enquanto era um dos mais conhecidos marxistas brasileiros, o que lhe trouxe evidência e foi motivo de perseguições antes e após o golpe de 1964. Autor e organizador de dezenas de livros, entre obras de história, crítica literária e volumes de memórias, e com mais de dois mil artigos na im-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

prensa, Sodré exerceu sua atividade intelectual por mais de meio século. Além disso, Sodré também atuou como docente, como no período em que assumiu a cadeira de História do Brasil no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) entre 1955 e 1964. Por esse breve levantamento, percebe-se que "Sodré não foi um intelectual isolado do político e do social, sua luta sempre se fez em espaços institucionais[...] de modo que elaborou um diálogo com a sociedade mediada pelas instituições" (CARDOSO, 2013, p. 96).

No entanto, cabe ponderar alguns aspectos a respeito dessa imagem mais reconhecida de Sodré, o que a torna mais complexa. Pois, em primeiro lugar, embora o autor fosse considerado um marxista "ortodoxo" e caudatário das teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB), suas relações nesse sentido se deram em uma conjuntura específica. De acordo com José Paulo Netto, as "vocações" de militar e escritor em Sodré foram combinadas pela instância política a partir de meados da década de 1950, de maneira que:

[...] a mediação que responde pelo seu entrelaçamento reside menos na intencionalidade subjetiva de Sodré do que no espaço sócio-político que é demarcado por aquele período: ambas as experiências adquirem seu sentido no quadro de uma difícil, mas efetiva, democratização do país – democratização da sociedade e do Estado, visível especialmente na sequência do suicídio de Vargas (NETTO, 1992, p. 22).

Desde então, as relações entre Sodré e suas obras em favor de um programa político foram tais que "Nelson foi visto, então, muitas vezes, como o principal símbolo do pensamento corporificado no Partido Comunista Brasileiro (PCB)" (KONDER, 2006, p. 57). Contudo, verifica-se que sua atividade na imprensa vem desde a metade dos anos 1930, enquanto sua primeira obra foi publicada em 1938² (NETTO, 2008, p. 179), portanto muito antes do autor ser identificado com aquelas posições. E Sodré publicou outros livros nos anos 1930 e 1940, quase todos postos num "índice pessoal" pelo autor quando se sua filiação com o marxismo (CUNHA, 2001, p. 235).

Portanto, apesar de ser comumente considerado um porta-voz do PCB, houve um período em que Sodré se orientava por outros referenciais para elaborar suas obras, abandonados nas décadas seguintes.

Nesse sentido, o presente texto se concentra na análise de *Panorama do Segundo Império* (daqui por diante abreviado como PSI), publicado em 1939 e que só voltou a ser editado em 1998. Mais do que recapitular os argumentos da obra, pretendemos avaliar os principais autores que a embasaram e os usos que Sodré fez das fontes para sustentar sua interpretação do período, ponto em que as considerações de Reinhart Koselleck se mostram pertinentes. Pois com base nas reflexões do historiador alemão, consideramos que *PSI* apresenta uma das principais características da história moderna, a apreensão de seu caráter processual através do esclarecimento entre o nível dos eventos e o nível das estruturas.

Quanto aos eventos e seu registro na história, Koselleck considera que eles podem ser experimentados pelos contemporâneos como uma unidade de sentido passível de ser narrada. A transposição dessa experiência em conhecimento histórico é organizada de acordo com a cronologia num horizonte de 'antes' e 'depois'. Ao mesmo tempo, essa percepção é possível porque a experiência é inserida numa sucessão temporal que remete a outros eventos de tipo semelhante:

Na existência de alternativas, no número de participantes, sobretudo na limitação ou no estabelecimento de ritmos determinados, podem-se reconhecer as condições intrínsecas às sequências de eventos, que, com isso, adquirem sua estrutura diacrônica. Por isso, em um determinado nível de abstração ou com uma dada tipologia, torna-se possível comparar sequências de revoluções, guerras e histórias constitucionais (KOSELLECK, 2006, p. 135).

Por sua vez, as estruturas são circunstâncias que não se organizam conforme uma sucessão estrita de eventos, o que remete a estados de médio e longo prazo. Exemplos nesse sentido são as constituições, forças e relações produtivas,

² *História da literatura brasileira*, trabalho a que o autor fez sucessivas modificações até a edição de 1960, considerada definitiva.

costumes ou sistemas jurídicos, entre outros. Segundo Koselleck, o que caracteriza as estruturas é o fato delas ultrapassarem o registro das experiências pelos indivíduos, de maneira que elas são modificadas apenas ao longo das gerações:

Os eventos são provocados ou sofridos por determinados sujeitos, mas as estruturas permanecem supra individuais e intersubjetivas. Elas não podem ser reduzidas a uma única pessoa e raramente a grupos precisamente determinados. [...] Com isso, as estruturas não se tornam grandezas extratemporais; ao contrário, elas adquirem frequentemente um caráter processual – que pode também se integrar às experiências dos eventos cotidianos (KOSELLECK, 2006, p. 136).

Assim, na representação histórica, os níveis das estruturas e dos eventos remetem uns aos outros, sem que seus limites se confundam por completo. Pois Koselleck argumenta que ambos possuem extensões temporais diferentes, cujo enfoque pelo historiador se dá conforme as características do objeto em questão. Conforme avaliaremos adiante, julgamos que, em *PSI*, Sodré alterna a narração dos eventos com a descrição das estruturas para analisar o Segundo Reinado e as causas que levaram ao fim da monarquia. E para realizar tal procedimento, *PSI* combina a historiografia do século XIX com análises de autores contemporâneos a Sodré sobre aquele período, cujas principais referências passaremos a analisar.

Os referenciais teóricos

PSI é o segundo livro de Nelson Werneck Sodré e seu primeiro trabalho de cunho especificamente histórico. Composto por um prólogo, onde aborda o período entre a chegada da corte portuguesa ao Brasil até o fim do período regencial, e por mais seis "panoramas", Sodré avalia o funcionamento do Segundo Império e procura apontar as causas de sua dissolução. Nas décadas seguintes, Sodré renegou esse livro³ por considerá-lo teoricamente frágil, além de conter conotações políticas contrárias às que o autor veio a adotar depois:

Panorama do Segundo Império era um livro conservador, com evidentes laivos reacionários. Obra bem estruturada, ressentia-se de flagrante superficialidade na análise do processo histórico. Mas estava escrita com estilo, sendo a forma muito superior ao conteúdo. O prestígio do livro, em reduzidos círculos especializados, foi grande, durante algum tempo. Depois, ficou esquecido (SODRÉ, 1970, p. 219).

São poucas alusões a esse livro em suas memórias, mas seus contatos com certos autores, utilizados como referências ao longo da obra, indicam o que significavam os "laivos reacionários" que o autor observou em *PSI*.

Uma primeira abordagem ao texto pode se dar a partir de seu título. Afinal, por que Sodré o batizou como "Panorama" e não como "História do Segundo Império", por exemplo? De acordo com Ailton José Cavenaghi, quando *PSI* foi elaborado vigorava um modelo histórico elaborado nos primeiros anos da República, em que o Segundo Reinado era dividido em quatro períodos sucessivos. Para superar os limites dessa apresentação cronológica, Sodré analisou o Segundo Império em seus principais aspectos, como a escravidão, o sistema político e a economia, entre outros. Dessa forma, os "panoramas" de *PSI* apareciam "não somente vinculados a aspectos cronológicos, mas, principalmente, aos acontecimentos inseridos em uma totalidade" (CAVENAGHI, 2008, p. 306).

Embora Sodré não apresente maiores discussões teóricas em *PSI*, há uma preocupação nesse sentido, pois: "Nada empresta um caráter mais falso às narrativas históricas do que a apresentação pura e simples dos seus diversos episódios, sem o encadeamento que os liga na continuidade que é o dogma da evolução das sociedades" (SODRÉ, 1998, p. 77). Assim, Sodré procurava situar os eventos da época dentro de um quadro mais amplo, cujos fundamentos estariam além das características pessoais dos agentes. O fundamento teórico para essa análise seria o materialismo, de acordo com alguns autores. Porém, apesar de fazer referências ao materialismo histórico já na década de 1930, Sodré reconheceria mais tarde que suas concepções a

³ Este trabalho se baseia na segunda edição de *Panorama do Segundo Império*, publicada em 1998 mantendo integralmente o texto da primeira edição, apenas com atualizações na ortografia e corrigidos eventuais erros de revisão.

respeito ainda eram confusas na época (SODRÉ, 1970, p. 88-89).

Assim, ao tratar do período regencial, Sodré apresenta as províncias como "as diversas partes do organismo nacional" isoladas entre si pela extensão do território e pela falta de uma rede de transportes:

Elas vinham do sombrio episódio colonial que, num conceito vulgar, pode ser tido como o medievalismo da sociedade brasileira e, desse tempo, guardavam lembrança e tradição do contato que mantinham com a metrópole [...] O que se ligava entre si, ao tempo do domínio português, era a comunidade do destino: eram partes do mais rico florão da coroa lusitana. Não mantinham com o centro, Bahia ou Rio de Janeiro, uma ligação ponderável de dependência (SODRÉ, 1998, p. 22-23).

Dessa forma, o principal problema do Brasil no começo do Segundo Reinado era a questão da unidade nacional, pois a descentralização do poder exercida durante o período das regências fomentou a eclosão de revoltas pelo país. E para apresentar o quadro de isolamento entre as províncias, Sodré credita isso ao princípio descentralizador português, ponto em se refere a um autor recorrente ao longo de *PSI*:

A divisão do território em províncias que se achavam em maior intimidade com o governo de Lisboa que com o governador geral e depois com o vice-rei, inspirava-se evidentemente no conceito de conveniência de utilizar-se com maior eficácia possível das riquezas do Brasil, sem facilitar ao mesmo tempo a eclosão de uma consciência política tendente à unificação da colônia (AMARAL, 1981, p. 24-25).

De acordo com Azevedo Amaral, pelas condições geográficas do país e a ação descentralizadora dos portugueses, a colonização do Brasil foi uma obra de cunho fundamentalmente econômico, dada a escassez de núcleos urbanos e a pouca presença das autoridades metropolitanas. Em *PSI*, Sodré afirma que essa conjuntura só foi alterada com a descoberta do ouro na segunda metade do século XVIII, quando o Estado português se fez mais presente através do fisco e do aparelho repressivo, o que causou o rechaço das populações locais e "o bruxolear da ideia de emancipação política". Dessa maneira, às véspe-

ras da independência e mesmo durante o império:

O governo central passou a aparecer, para os homens de outras regiões, como a síntese da desonestidade administrativa, encarnando, nas pessoas que o representavam, nada mais do que os responsáveis por todos os males nacionais. Esse sentimento, que chegou aos nossos dias, contribuiu, em muito, para o estado psicológico das populações provinciais em relação ao centro e, quando as crises econômicas aprofundaram a separação e estabeleceram o mal estar que precede as rebeliões, o traço fundo de aversão veio à tona (SODRÉ, 1998, p. 41).

As referências a Azevedo Amaral não se constatam apenas pelas semelhanças levantadas acima, como também pelo contato que os autores mantinham na época em que *PSI* foi publicada. E o próprio Sodré afirma isso em suas memórias, embora considerasse que "estávamos definitivamente separados no terreno das ideias" (SODRÉ, 1970, p. 199) durante o Estado Novo. Dessa maneira, é válido apresentar os principais aspectos do pensamento de Azevedo Amaral e os diálogos que Sodré estabeleceu com esse autor ao longo de *PSI*.

Defensor de Getúlio Vargas e do Estado Novo desde o primeiro momento, Azevedo Amaral é considerado um dos principais intelectuais alinhados ao pensamento político autoritário no Brasil, campo no qual se destacam os nomes de Francisco Campos, e Oliveira Viana, entre outros. Contudo, em vez de sustentar o autoritarismo enquanto defesa de uma sociedade baseada em nossas origens rurais, o pensamento de Azevedo Amaral se distinguia por uma interpretação específica da história e sociedade brasileiras. A esse respeito, Bolívar Lamounier destaca que:

[...] suas bases filosóficas, visceralmente ligadas a um historicismo organicista, não lhe permitiam conceber contestação a um regime que, a seu ver, constituía uma decorrência inelutável de nossa trajetória histórica. O Estado Autoritário era para Azevedo Amaral a única maneira de corrigir uma longa deformação no curso "normal" de nossa evolução e de assegurar a unidade nacional e o progresso econômico (LAMOUNIER, 1981, p. 6).

Essas considerações, por sua vez, se fundamentavam numa interpretação da história

do Brasil com a qual PSI dialoga em diferentes trechos. Por exemplo, ao avaliar o Ato Adicional de 1834, Sodré criticou a medida por conferir às províncias uma emancipação política inócua diante da centralização administrativa que o Império sustentava. Essa descentralização política num contexto de crise econômica, após a decadência da mineração e a crise na lavoura açucareira, seria a causa das revoltas que ameaçaram a própria unidade do país durante o período regencial. De acordo com Sodré, os legisladores da época enxergaram nas rebeliões apenas uma inquietação de ordem política, quando suas origens eram de sentido econômico. Assim,

A reforma devia processar-se, nesse terreno, por uma centralização econômica e administrativa que acarretaria, com o tempo e sem mais gravames, uma descentralização política para a qual não era ainda tempo. [...] As instituições políticas como os mitos de ordem social são funções dos meios e processos da produção, dos padrões econômicos, em suma. Função pressupõe precedência, o contrário é que não se pode dar, não pode acontecer (SODRÉ, 1998, p. 247).

Logo a seguir, Sodré faz duas citações diretas a Azevedo Amaral, a quem considera autor de uma "síntese feliz" a respeito da instabilidade causada pelo Ato Adicional. Para esse autor,

O erro mais grave e, diríamos mesmo, imperdoável da monarquia, cuja expressão máxima se concretizou no Ato Adicional de 1834, foi inverter a ordem lógica do desenvolvimento nacional no tocante ao duplo problema da autonomia administrativa e da centralização política. [...] E, ao mesmo tempo, o descontentamento dos elementos produtores das províncias, prejudicados nos seus legítimos interesses por uma centralização administrativa causadora de nefastos efeitos econômicos (AMARAL, 1981, p. 33-34).

Essa interpretação do Ato Adicional em suas causas e efeitos se relacionava com uma interpretação específica da história do Brasil. Pois de acordo com Amaral, a colonização do Brasil era de caráter fundamentalmente econômico, e não de domínio político, o que mudou com a transferência da corte portuguesa em 1808. Esse evento foi avaliado por Amaral de maneira negativa, pois acarretou a implantação da má-

quina burocrática portuguesa no Brasil, tornada um meio de ascensão social para uma camada desligada dos setores produtivos. Segundo Airtton Cavenaghi (2008, p. 307), em *PSI* Sodré traz uma avaliação semelhante, mas o descompasso entre as instâncias política e econômica é avaliado como fruto de uma crescente centralização política, o que acarretou a crise definitiva do regime com o afastamento das elites regionais que o sustentavam.

Portanto, Sodré parece concordar com Amaral ao considerar o fim do império como desenlace de um processo em que o regime político passou a perder suas bases econômicas e sociais, mas diverge quanto às origens daquele processo. E para explicar as causas da crise que levou à república, Sodré recorre a outro autor fundamental na elaboração de *PSI*, Oliveira Viana e sua obra *Populações meridionais do Brasil*. Em suas memórias, Sodré argumenta que Viana:

[...] era um analisador preconceituoso do nosso passado, [...] mas representava, entre nós, e com relevo, uma tendência renovadora, que abandonava a subordinação mecânica aos pequenos fatos e aos traços biográficos, substituindo-os por largas – e às vezes vazias – generalizações (SODRÉ, 1970, p. 254).

Dessa forma, apesar das críticas, nota-se que Sodré estabeleceu um diálogo com aquele autor em *PSI*, de maneira que é válido apresentar os principais aspectos de seu pensamento. Em sua análise de *Populações meridionais*, Gildo Marçal Brandão questiona por que o uso de "populações" no plural. Nesse sentido, Brandão avalia que Viana considerava haver determinações recíprocas entre o meio ambiente e a formação étnica dos povos, de maneira que:

A consequência é que, de qualquer lado que se olhe, não passa de ficção a ideia da substancial unidade do povo brasileiro – e essa precariedade material e subjetiva, essa artificialidade do sentimento da nacionalidade comum, terão duradouros efeitos políticos (BRANDÃO, 2002, p. 307).

Assim, em vez de um país, existiriam de fato três diferentes regiões, que da interação daqueles fatores formavam "três sociedades diferentes: a

dos sertões, a das matas, a dos pampas, com os seus três tipos específicos: o sertanejo, o matuto, o gaúcho" (VIANA, 1987, p. 16). Esses tipos tinham em comum o fato de serem rurais, pois de acordo com Viana os meios urbanos foram secundários ao longo da colonização. Pois numa sociedade cuja produção se concentrava em latifúndios organizados como autarquias e com centros urbanos diminutos, o meio rural funcionava como "centro de gravitação do mundo colonial". Essa "função simplificadora" dos meios rurais diferenciava o Brasil dos países europeus, pois aqui as classes urbanas:

Não exercem, nem podem exercer aqui, a função superior que exerceram, diante da oligarquia feudal, as comunas medievais. Falta-lhes para isso o espírito corporativo, que não chega a formar-se. São meros conglomerados, sem entrelaçamentos de interesses e sem solidariedade moral (VIANA, 1987, p. 119).

Nos meios rurais, as grandes extensões de terras disponíveis e o clima favorável tornavam voluntários os laços entre fazendeiros e trabalhadores rurais, sem as pressões do meio natural ou social encontradas na Europa (VIANA, 1987, p. 121-122). Ao mesmo tempo, o predomínio do latifúndio manteve a pequena divisão social do trabalho, numa sociedade composta por poucos proprietários rurais, um contingente de trabalhadores livres que vagavam entre as fazendas e a grande massa de escravos. Sem fazer referências diretas nesse ponto, Sodré parece coincidir com Viana ao contrastar as situações de Portugal e do Brasil às vésperas da independência, quando afirma que:

Enquanto, lá, a propriedade se achava, quase que na sua generalidade, vinculada, no Brasil não havia limites para os latifúndios e a existência se anunciava propícia ao emprego das energias produtoras [...]. Portugal era o vínculo, era o arrendamento oneroso, eram os tributos, era o recrutamento. O Brasil representava um solo livre, todas as facilidades, todas as perspectivas, as mais risonhas (SODRÉ, 1998, p. 31-33).

Após argumentar como se deu a formação da sociedade brasileira, Viana avaliou como a aristocracia rural exerceu a hegemonia política no país.

Para o autor fluminense, essa mudança começou com a vinda da família real portuguesa, quando os fazendeiros saíram de suas "solidões rurais" para disputar posições políticas com fidalgos e burocratas lusos até a independência. Esse teria sido o principal acontecimento do século XIX, pois "Impor o seu domínio e construir politicamente a nação teria sido a última função social desempenhada pela aristocracia rural" na história do Brasil (BRANDÃO, 2002, p. 321). Contudo, para explicar por que essa aristocracia se articulou em torno da Coroa, Viana recorreu a um argumento aparentemente contrário ao exposto até então. Pois embora o apoio dos proprietários rurais tenha sido fundamental, Viana afirma que não foi essa classe que consolidou o Estado e a nação brasileira, mas sim a Coroa que selecionou os melhores elementos para essa tarefa. O imperador atuava como árbitro do sistema político, "chefe de clãs" e "repressor da caudilhagem nacional", em um movimento de centralização que retirou poderes dos níveis locais. Medidas que Viana considerava necessárias para estabilizar o país, pois:

A figura monárquica do Poder Moderador seria exemplar de um dispositivo constitucional capaz de arbitrar as diferenças, organizar a vida nacional e educar povos incultos e bárbaros, tanto os antigos déspotas rurais oriundos dos grandes latifúndios como uma população mestiça e, por isso, racialmente inferior (RODRIGUES, 2015, p. 267).

Ao mesmo tempo, apesar de impor limites, tanto o imperador quanto as elites rurais transigiram entre si para manter o equilíbrio do regime, cuja classe dirigente era composta por esses mesmos grupos. Contudo, o predomínio da aristocracia rural e a continuidade do império foram abalados com a abolição, cujos efeitos Viana considerou catastróficos. Pois num país cujo sistema político e econômico se sustentava sobre a agricultura e o trabalho servil, a abolição:

[...] desarticula a única elite dirigente que nossa sociedade produziu e leva de roldão tudo que de melhor a experiência dos quatro séculos filtrou: uma base produtiva, o Estado unitário e, sobretudo, os mecanismos de seleção do que em *Instituições políticas brasileiras* ele chamará de os "homens de 1000" (BRANDÃO, 2002, p. 312).

Na análise de *PSI*, nota-se que as teses de Viana quanto à formação das elites rurais e seu papel político durante o império apresentam muitos pontos de contato. Assim, ao tratar da representação política das oligarquias após o retorno dos Bragança para Portugal, Sodré afirma que:

[...] é do interior que vem a nova corrente reformadora da mentalidade administrativa, a corrente dos senhores da terra, dos oligarcas poderosos que, até então, numa longa maturidade de séculos se haviam conservados à margem da direção da coisa pública, construindo a riqueza do Brasil (SODRÉ, 1998, p. 161).

Apesar de não haver referências diretas a Viana, a imagem das elites rurais que "descem" ao centro do país para tomar o poder político se assemelha à passagem sobre os "nobres da terra" que passam a frequentar a "Versalhes tropical" do Rio pouco antes da independência (VIANA, 1987, p. 39-40). E Sodré afirma que no começo do segundo império vigorava uma "política de clãs", cujo poderio se assentava na posse de grandes propriedades rurais e no trabalho escravo. Ao tratar da centralização política efetuada pela Coroa, nota-se que Sodré se apoiou nos argumentos de *Populações meridionais* sobre a "desintegração dos clãs rurais" na região centro-sul. Pois para que o poder central se consolidasse, Viana afirma que o enfraquecimento da "nobreza rural" se deu por diferentes meios, tanto pela concessão de títulos nobiliárquicos e cargos públicos quanto pela força, sobretudo nas guerras platinas (VIANA, 1987, p. 198-199).

Sodré se baseia em Viana para tratar desse processo, mas o interpreta de maneira mais crítica. Assim, considera que os títulos concedidos pela Coroa formavam um "patriciado de segunda ordem", e a representação política das oligarquias se mostrava inócua diante da centralização administrativa e econômica pela corte. De acordo com Sodré, o próprio caráter das elites se alterou ao longo do Império, com as oligarquias agrárias regionais perdendo espaço para uma elite urbana e letrada (SODRÉ, 1998, p. 166). Além disso, as mudanças nas leis de transmissão das propriedades fragmentaram as fazendas e causaram a perda de poder político dos senhores de terra,

ponto em que *PSI* contém uma referência direta a *Populações meridionais*:

Como a nossa nobreza territorial não é de sangue, nem de títulos, mas agrícola, baseada no grande domínio, a divisão forçada das fazendas, a sua fragmentação obrigatória equivale destruir a classe aristocrática nas bases mesmas da sua existência (VIANA, 1987, p. 202).

No entanto, essas medidas, que Viana considerava necessárias para formar um Estado acima dos interesses locais, em Sodré são apresentadas como causas da desagregação do regime. Em Viana, o novo regime de partilhas afetou a riqueza dos grandes proprietários e desagregou suas famílias, mas também reduziu a "capangagem" cujo poderio bélico concorria com o do Estado (VIANA, 1987, p. 204). Já Sodré critica essas medidas por considerar que a divisão das propriedades afastou as elites agrícolas do império, criando uma discrepância entre a atividade econômica e sua representação política:

Os resultados da sua política de aniquilamento, entretanto, perduraram até os nossos dias, de forma a nos oferecer o quadro de uma lavoura cada vez materialmente mais forte e cada vez influenciando menos na arregimentação política e nas diretivas administrativas do país, numa anomalia extraordinária (SODRÉ, 1998, p. 169).

Neste ponto, Sodré retoma a tese de Azevedo Amaral quanto ao predomínio do estado "político" sobre o "econômico", mas também remete às críticas de Oliveira Viana ao liberalismo, que norteava o movimento republicano. E assim como Viana, Sodré relaciona a queda do império com a campanha abolicionista, que representou "o atentado derradeiro contra a lavoura brasileira", "apunhalada nos seus interesses" (1998, p. 178, 182). No entanto, cabe salientar que Sodré se afasta das teorias raciais que marcaram a obra de Oliveira Viana, para quem os "salutares preconceitos" de raça atuavam como filtros de seleção das elites coloniais que formaram a base de sustentação do império (1987, p. 96).

Em vez disso, Sodré considera que a sociedade brasileira foi formada com a influência e contribuição do negro no processo, e não como um índice de inferioridade destinado a desaparecer

com o paulatino "branqueamento" da população pela vinda de imigrantes europeus, projeto defendido por Viana. Dessa maneira, a civilização no Brasil não significava apenas desenvolvimento comercial e da lavoura, como no enfoque quase exclusivo que Viana dedica às elites, pois:

No evoluir do seu pensamento, nos seus mitos políticos e sociais, na fisionomia da gente brasileira, na sua psicologia coletiva e individual, em todas as faces em que o negro escravo influiu. Porque ele influiu em todos e, apoiando com o trabalho dos braços o progresso material da terra, fundia-se em todas as manifestações da sua cultura, em todos os aspectos da existência brasileira (SODRÉ, 1998, p. 70).

Ao tratar das referências adotadas por Sodré a respeito da escravidão, Airton José Cavenaghi constata que o autor empregou tanto a historiografia mais recente para a época quanto autores mais tradicionais, "pois a análise adotada por Werneck Sodré é de comparação e formatação de um novo modelo de interpretação" (2008, p. 306). Assim, os autores citados vão de contemporâneos como Câmara Cascudo e Roberto Simonsen a historiadores do século XIX como John Armitage e Francisco Adolfo de Varnhagen. Porém, embora se afaste das teorias raciais sustentadas por Viana, a interpretação de Sodré quanto ao fim do Império é tributária daquele autor. E de acordo com Ricardo Salles, foi por esse motivo que Sodré não reeditou *PSI* nas décadas seguintes:

Oliveira Viana está presente na tese central do ensaio histórico de Werneck Sodré: a circulação das elites no poder – primeiro a portuguesa, em seguida a rural e, finalmente, a dos letrados – seria a chave explicativa para a história do Segundo Reinado. Ora, uma tese desse teor tornaria qualquer revisão ou enxerto marxista posterior [...] virtualmente impossíveis (SALLES, 2008, p. 311).

As afirmações de Viana quanto ao "programa de enfraquecimento" das elites por parte da Coroa e as referências de *PSI* a *Populações meridionais* corroboram essa proximidade, mas cabe salientar que Sodré associa essa transformação das elites a um projeto político distinto. Pois em Viana, a defesa da centralização durante o império estava ligada à defesa do Estado Novo e suas institui-

ções, que formariam uma autoridade acima das particularidades locais (BRANDÃO, 2002, p. 322). Já em *PSI*, logo após uma citação direta a *Populações meridionais* lê-se um resumo de como se deu essa transição das elites:

A marcha das elites dirigentes da nacionalidade pode caracterizar-se em poucas e breves linhas: uma elite portuguesa, que se funde na terra e que perde, pouco a pouco, as suas qualidades fundamentais, o senso realístico com que resolvia os problemas políticos; uma elite agrária que desce dos altiplanos e provém das lavouras para dirigir o país, após o regresso da corte de D. João VI; uma elite de letrados, provindos da urbanização lenta da vida brasileira, da desagregação da grande propriedade, da formação gradual de uma classe média, que nos governa até hoje (1998, p. 147).

Embora essa teoria se baseie em Viana, Sodré apresenta um processo mais complexo, pois os motivos econômicos, políticos e sociais se mostram intrincados. A ascensão de uma elite de letrados, ligada aos meios urbanos, surge como resultado das transformações econômicas que o país atravessava, mas ao mesmo tempo essas mudanças acarretavam medidas políticas que incidiam naquelas condições. E nesse sentido, Sodré considerou que a adoção de um modelo político federativo foi mais relevante do que as campanhas abolicionista e republicana, pois:

[...] o advento da república só foi possível quando o partido que a sustentava, esposando uma das causas que abriram os alicerces da instituição dominante, a abolição, erguia a bandeira da federação que, essa sim, alteraria as relações econômicas da sociedade brasileira e afetava profundamente as instituições. [...] A alteração em si, de monarquia para república, não modificava coisa alguma. Mas a transformação de centralização para federação, modificava em muito (SODRÉ, 1998, p. 314).

Sodré atribuiu a queda do império ao contraste de um regime que favorecia a ascensão política dos letrados enquanto enfraquecia a representação dos proprietários rurais, o que levou à "destruição das forças vivas da nacionalidade", do "organismo nacional no que ele possuía de mais vital e de mais curioso e peculiar" (1998, p. 258). Dessa forma, o fim da monarquia não foi obra de um movimento popular ou do partido

republicano, que só possuía expressão em São Paulo. E tampouco a proclamação causou grandes transformações no país, dado que:

A república não trazia nenhuma classe nova ao poder. Não emancipava os espoliados. Não alterava o regime da propriedade. As suas reformas fundamentais, a federação, a temporariedade do Senado, etc., eram destinadas a um alcance mais longo, teriam consequências mais adiante. De imediato não houve senão mudança de figurino, mudança de personagens principais. Não houve uma revolução, com o triunfo de uma ideologia nitida (1998, p. 330-331).

Essas considerações afastam *PSI* de uma historiografia que procurava instituir uma memória laudatória de 1889, como notou Airton Cavenaghi (2008, p. 308-309), ao mesmo tempo em que a aproximam de referenciais modernos. E neste aspecto, as reflexões de Reinhart Koselleck quanto às transformações no conceito de história durante a modernidade nos auxiliam a compreender de que maneiras Sodré articulou as diversas referências que constam ao longo de *PSI*.

Um projeto moderno de história do Brasil

Em linhas gerais, notam-se dois grupos de referências mobilizadas em *PSI*. Em relação a Amaral e Viana, ao empregar conceitos como o de "clãs rurais", criticar a abolição por seus impactos econômicos e considerar a queda do império como resultado de uma circulação de elites, observa-se que *PSI* estava distante do materialismo histórico. Ao mesmo tempo, *PSI* não coincide completamente com os argumentos daqueles autores, e procuramos avaliar como Sodré se apoiou neles para elaborar sua interpretação do segundo reinado. Contudo, também é necessário analisar de que forma as obras de cunho mais estritamente histórico foram empregadas em *PSI*.

Em suas memórias, Sodré afirma que preparou *PSI* enquanto convalescia em um hospital no interior do Rio de Janeiro, onde teve acesso a bibliotecas com obras raras, fora de circulação. Entre elas estavam as de historiadores do século XIX, do quais o autor cita João Manuel Pereira da Silva e sua *História da Fundação do Império do*

Brasil, entre outros:

[...] a longa narrativa histórica da fase preparatória do Império e de seus primeiros tempos, de que extrai notas valiosas, pode ser prolixa, às vezes, mas não é enfadonha, reunindo muita coisa digna de ser conhecida e até mantendo ponto de vista muito defensável, particularmente a respeito dos acordos firmados por Strangford em 1810. Foi essa a época em que percorri, com todo vagar, as narrativas históricas de Varnhagen e de Southey (SODRÉ, 1970, p. 158).

No conjunto das notas de referência em *PSI*, há somente uma menção a Varnhagen e nenhuma à *História do Brasil* de Southey, mas Pereira da Silva é um dos autores mais citados. Além dele, outro historiador mencionado ao longo de *PSI* é Pandiá Calógeras e sua *Formação Histórica do Brasil*, e há mesmo uma referência indireta a Capistrano de Abreu, quando a propósito do advento da lavoura cafeeira Sodré afirma que:

O conceito de civilização não nos parece possível em referência a um só país, o que seria admitir fronteiras para delimitar um certo estágio do desenvolvimento humano. A palavra, aí, é empregada no sentido que Capistrano lhe deu, para caracterizar os diversos momentos, as diversas fases do desenvolvimento brasileiro, vinculando-as à lavoura ou ao gado para melhor caracterizá-las (SODRÉ, 1998, p. 291).

No entanto, Sodré emprega as obras de caráter histórico de maneira diferente do que faz com os trabalhos de Amaral e Viana. Afinal, desses autores Sodré utilizou conceitos para interpretar a história do Segundo Reinado, e nesse sentido é possível delinear os diálogos entre *PSI* e aqueles estudiosos. Já em relação aos historiadores do século XIX, Sodré os emprega como fontes de informação sobre os acontecimentos que avalia em seus "panoramas". Por exemplo, ao tratar da balança comercial portuguesa e o papel do Brasil colônia, as referências a Pereira da Silva trazem os valores e a porcentagem daquela soma (1998, p. 34-35). De Calógeras, Sodré menciona a defesa da livre navegação na bacia platina pelo parlamento brasileiro (1998, p. 160) e os conflitos entre o governo central e os estancieiros gaúchos sob o comando de Bento Gonçalves (1998, p. 167).

Dessa maneira, entre as obras mais estri-

tamente informativas e os ensaios de caráter interpretativo, notam-se as tramas que Sodré estabelece em sua escrita da história. E nesse ponto, a distinção que Reinhart Koselleck aponta entre a narração dos eventos e a descrição das estruturas nos auxilia a compreender como Sodré maneja a bibliografia de *PSI* com finalidades distintas e complementares. Pois embora narração e descrição não possam ser separadas na representação histórica, as temporalidades de um e outro procedimento não se interpenetram por completo, segundo o autor alemão (2006, p. 133).

Em *PSI*, essa alternância entre eventos e estruturas se nota nos temas mais relevantes da obra. Pois Sodré menciona estatísticas da produtividade média dos escravos nas lavouras de café, assim como uma tabela com o número de escravos por província entre 1873 e 1887 (1998, p. 63, 66), e nisso se apoia em referências indiretas a autores estrangeiros citados nas obras de Roberto Simonsen e Arthur Ramos. Contudo, ao avaliar o significado da escravidão e de seu término, Sodré adverte que:

[...] quando se estuda a abolição, no Brasil, pode acontecer ao leitor menos cuidadoso a impressão de que ela tenha sido um fato simples, um golpe súbito, uma medida tirada do idealismo de alguns reformadores, tangidos pela campanha desencadeada em todo o país. Nada mais falso. A abolição segue uma evolução lenta e profunda. Ela se processa em longos anos e sofre toda a sorte de influências (SODRÉ, 1998, p. 77).

Dessa forma, Sodré narra os episódios da campanha abolicionista, como os debates parlamentares e as votações da Lei do Ventre Livre e dos Sexagenários (1998, p. 178-180), mas analisa o impacto econômico e social da abolição a partir dos trabalhos de Amaral e Viana. Sem deixar de narrar os eventos e seus personagens, Sodré os insere nos "panoramas" a partir dos conceitos colhidos naqueles autores. No "Panorama político", a sucessão dos gabinetes entre liberais e conservadores é narrada com os diversos nomes que os compunham, como o marquês de Olinda, Zacarias e Rio Branco, entre outros. No entanto, ao longo do tempo a composição dos gabinetes indica uma tendência que vai além dos indivíduos

e partidos:

A substituição da elite agrária pela dos letrados é fenômeno social de lenta evolução, que não coincide, pois, com a luta dos partidos, com a feição deles, nem com a sucessão dos gabinetes desses partidos. Caminham paralelos os dois processos: o social e o político. [...] Os fenômenos são contemporâneos, processam-se simultaneamente, mas não coincidem nem se superpõem, a delimitação partidária e a circulação das elites (1998, p. 102).

Koselleck considera que o esclarecimento recíproco entre eventos e estruturas é a forma mais adequada para captar o caráter processual da história moderna, mas alerta que o simples entremear de níveis não basta para validar a explicação histórica. Afinal, cabe a cada historiador estabelecer pressupostos teóricos que permitam discernir as estruturas nas quais os eventos são possíveis, assim como os fenômenos que podem se tornar eventos a ponto de serem integrados à história. Nesse ponto, Koselleck observa que as categorias utilizadas não têm a mesma unicidade temporal do evento narrado, o que implica uma exigência estrutural:

O estudo da semântica histórica mostra que todo conceito que faz parte de uma narrativa ou de uma representação – por exemplo, Estado, democracia, exército, partido, para citar apenas conceitos gerais – torna inteligíveis contextos, precisamente por não reduzi-los à sua singularidade histórica. Os conceitos não nos instruem apenas sobre a unicidade de significados (sob nossa perspectiva) anteriores, mas também contêm possibilidades estruturais; colocam em questão traços contemporâneos no que não é contemporâneo e não pode reduzir-se a uma pura série histórica temporal (KOSELLECK, 2006, p. 142).

O contraste que *PSI* apresenta entre um Estado "político" sobreposto às necessidades dos proprietários rurais, assim como a circulação de uma elite agrária para uma elite de letrados, são exemplos do uso de conceitos para explicar o funcionamento e o fim do segundo reinado em termos estruturais e inteligíveis ao público. E a escolha de Sodré por Amaral e Viana como referenciais reforça a "contemporaneidade do não contemporâneo", dados os vínculos entre aqueles autores e o Estado Novo. Assim, *PSI* reporta a

questões relevantes no momento de sua publicação, como a unidade nacional, a transição do país para um regime de trabalho capitalista e a representação política dos grupos econômicos.

Considerações finais

Pelas referências utilizadas por Sodré, observa-se que *PSI* não se orientava pelos conceitos do materialismo histórico, embora o autor afirmasse a primazia dos fatores econômicos para explicar o período. E por esse motivo, a obra foi aposentada por Sodré nos anos seguintes, quando seus referenciais marxistas estavam definidos. Ao mesmo tempo, apesar das posições conservadoras de Amaral e Viana, nota-se que Sodré os utilizou para interpretar a historiografia do Segundo Reinado e superar o enfoque tradicional na cronologia e nos personagens políticos. Dessa maneira, Sodré procurou elaborar uma história sob parâmetros modernos, conforme as características levantadas por Koselleck. E apesar das opiniões negativas de Sodré a respeito de *PSI* em suas memórias, percebe-se que ele já visava efetuar uma crítica e análise das estruturas econômicas e sociais do país. Assim, Sodré se mostra um autor mais complexo do que o intelectual "ortodoxo" ligado ao PCB, pois sua transição ao marxismo se mostra resultado de um processo que o levou a criticar as próprias obras, como a análise de *PSI* e de sua elaboração nos demonstram.

Referências

AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: UNB, 1981.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Populações meridionais do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. São Paulo: Editora SENAC, 2002. p. 299-325.

CARDOSO, Vanessa Clemente. *História Nova do Brasil (1963-1965): uma nação "imaginada"*. 2013. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

CAVENAGHI, Airton José. Panorama do Segundo Império. In: SILVA, Marcos (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 305-310.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *A Utopia Tenentista na construção do Pensamento Marxista de Nelson Werneck Sodré*. 2001. 346 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

KONDER, Leandro. Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 53-58.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAMOUNIER, Bolivar. Introdução. In: AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: UNB, 1981. p. 1-14.

NETTO, José Paulo. Nelson Werneck Sodré. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *O naturalismo no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992. p. 7-39.

NETTO, José Paulo. História da literatura brasileira. In: SILVA, Marcos (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 179-184.

RODRIGUES, Henrique Estrada. O conceito de formação na historiografia brasileira. In: MEDEIROS, Bruno Franco et al. (org.). *Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 253-275.

SALLES, Ricardo. Panorama do Segundo Império. In: SILVA, Marcos (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 310-315.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história organização, psicologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

Tiago Conte

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil; mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo, RS, Brasil.

Endereço para correspondência

Tiago Conte

Travessão Solferino, 1867, apto. 403

Cruzeiro, 95076-420

Caxias do Sul, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.